

RIP, CIRVER's, Co-Incineração e Saúde Pública

De acordo com o artigo do jornal Expresso, de 04 de Março de 2006, a “CO-INCINERAÇÃO de Resíduos Industriais Perigosos (RIP) avança até Setembro, nas cimenteiras de Souselas (Cimpor) e do Outão (Secil). Esta opção do Governo é política visto que o relatório da Comissão Científica Permanente (CCI), apresentado no dia anterior, não mostra preferência por nenhuma das cimenteiras nacionais”. No entanto, como se afirma no mesmo artigo apesar de todas as cimenteiras se encontrarem em condições de solicitar autorização para co-incinerar resíduos industriais, quer banais quer perigosos, a decisão do Ministro do Ambiente Nunes Correia é de que as escolhidas devem ser Outão e Souselas, uma vez que nestas já foram feitos testes de co-incineração.

O mesmo Ministro afirmou que dentro de três a seis meses as cimenteiras começam a fazer os testes prévios para a co-incineração dos RIP e que dentro de um ano o processo entrará em velocidade cruzeiro. No entanto, as CIRVER's estão em avaliação de impacto ambiental e só devem arrancar no final de 2007. Como foi referido cabe aos Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos (CIRVER) fazer a triagem do que será recuperado e reutilizado (80 a 90% dos RIP) e do que fica para ser co-incinerado (10 a 20 % dos RIP).

Esta notícia de que a Co-incineração de resíduos perigosos em Souselas e no Outão, começa antes de ter a funcionar plenamente os CIRVER's localizados próximos de Alhandra, **anuncia um desfasamento de cerca de um ano entre o início da co-incineração e o pleno funcionamento das CIRVER. Esta inversão da evolução normal do processo constitui um erro grave com implicações para a Saúde Pública pelo que a Associação Portuguesa dos Médicos da Carreira Hospitalar (APMCH) deve tomar posições em defesa da Saúde Pública em Portugal.**

Por outro lado a escolha dos locais para co-incineração e do número de cimenteiras necessárias para a mesma depende da percentagem de RIP que as CIRVER's não consigam recuperar, valorizar (reutilizar) e eliminar. Por isso, consideramos inaceitável que a escolha dependa predominantemente de uma decisão política. **A escolha terá que ser feita com base em estudos de impacto ambiental e respeitar as Directivas Comunitárias no que respeita à localização da co-incineradoras devem estar longe de agregados populacionais, de importantes regiões agro-pecuárias e de recursos hídricos significativos assim como fora de Parques Naturais e Património, protegidos por lei.**

Exigimos, em defesa da Saúde Pública, que o Governo, através do Ministério da Saúde, apresente soluções para os graves problemas de saúde das pessoas que vivem nas imediações das cimenteiras (Outão e Souselas) e promova de imediato a um estudo ao estado de saúde das populações de Alhandra e Maceira. No caso da co-incineração se ter que realizar em Portugal estudar se é possível que se possa fazer apenas num local. É imperativo, para minorar os acidentes, nomear uma comissão independente de acompanhamento no local ou locais em que vai haver co-incineração com poderes efectivos do controle de emissão de produtos poluentes,

Avançar com a Co-incineração em vez de acelerar o funcionamento das CIRVER's é queimar dinheiro público sem cuidar dos problemas de saúde das populações sujeitas à emissão de gases dos referidos produtos.

Moção aprovada em Coimbra, no dia 27 de Março 2006 pela Direcção Nacional da APMCH

